



Câmara Municipal de Jacupiranga

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei Municipal Nº 1.674, de 01/12/2025

“Institui a obrigatoriedade de utilização do Código de Barras Bidimensional Quick Response (QR Code) como instrumento de transparência nas obras públicas do Município de Jacupiranga/SP, e dá outras providências”.

EMILIANO AUGUSTO MONSORES DE SOUZA VIGNERON, Presidente da Câmara Municipal de Jacupiranga, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Jacupiranga **APROVOU**, e ela promulga nos termos do art. 52, § 8º da Lei Orgânica Municipal, a presente Lei:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade da utilização do Código de Barras Bidimensional *Quick Response* (QR Code) nas placas informativas de todas as obras públicas contratadas, executadas ou fiscalizadas pela Administração Direta ou Indireta do Município de Jacupiranga.

Art. 2º São objetivos da presente Lei:

- I – Promover a transparência ativa na execução das obras públicas municipais;
- II – Estimular o controle social e a fiscalização cidadã quanto ao uso dos recursos públicos;
- III – Estabelecer uma relação cooperativa e informada entre o Poder Público e a sociedade civil.

Art. 3º O Poder Executivo deverá garantir a inserção de QR Code funcional e de fácil acesso nas placas de obras públicas, em local visível e com dimensões compatíveis, permitindo a leitura por dispositivos móveis.

§ 1º - O QR Code deverá remeter a página específica do Portal da Transparência contendo as seguintes informações atualizadas da obra:

- I – Nome e CNPJ da empresa contratada;
- II – Finalidade e descrição da obra;



Câmara Municipal de Jacupiranga **ESTADO DE SÃO PAULO**

III – Data de início e previsão de término;

IV – Etapas previstas e fase atual de execução;

V – Contrato administrativo e respectivos aditivos, se houver;

VI – Datas de eventuais prorrogações e nova previsão de entrega.

§ 2º Em caso de modificação de objeto, ampliação ou aditamento do contrato, deverão constar justificativas detalhadas e cópias dos termos celebrados.

Art. 4º Quando a execução da obra estiver interrompida por período superior a 30 (trinta) dias, o Poder Executivo deverá divulgar, por meio de sua página oficial:

I – Tempo de interrupção;

II – Motivos da paralisação;

III – Percentual de execução física do cronograma;

IV – Medidas adotadas para retomada e datas previstas para reinício e conclusão.

Parágrafo único. Em caso de cancelamento do contrato ou de abandono da obra, deverá ser disponibilizada a justificativa fundamentada, com eventual responsabilização.

Art. 5º As informações constantes deverão estar baseadas nas informações constadas no Portal da Transparência municipal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA - SP., AO PRIMEIRO (1º) DIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.

EMILIANO AUGUSTO MONSORES DE SOUZA VIGNERON
Presidente